

**OBSERVÂNCIA DA NECESSIDADE E SUFICIÊNCIA PARA REPROVAÇÃO E
PREVENÇÃO DE CRIMES AMBIENTAIS EM ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO
PENAL NA COMARCA DE CANOINHAS/SC NO ANO DE 2022**

**OBSERVANCE OF THE NEED AND SUFFICIENCY FOR REPROVAL AND
PREVENTION OF ENVIRONMENTAL CRIMES IN AGREEMENTS OS NON
PROSECUTION IN CANOINHAS/SC IN THE YEAR 2022**

Isabele Gorseltz¹
Paulo Silas Taporosky Filho²

Resumo: O acordo de não persecução penal é um instituto processual que passou a vigorar de forma plena no Código de Processo Penal com o advento da Lei n.º 13.964/19, em que pese pouco antes disso já contava com regulamentação diversa. Pautada no paradigma da justiça penal negociada, a medida conta com alguns requisitos legais para que possa ser ofertada e celebrada, dentre os quais a necessidade e suficiência para a reprovação e prevenção do delito. Tais requisitos, contudo, parecem carecer de uma concretude conceitual, pelo que o questionamento sobre o que se pode considerar como sendo reprovação e prevenção nesse aspecto constitui o problema da presente pesquisa. O objetivo do estudo foi o levantamento de dados ou informações na comarca de Canoinhas/SC com o fim de analisar quais os critérios que têm sido utilizados para dar significado aos requisitos da reprovação e prevenção do crime, cuja metodologia empregada foi a exploratória, de natureza qualitativa e de revisão bibliográfica. Os resultados obtidos, explanados em fase conclusiva, fornecem um panorama geral, dentro do recorte temporal, regional e jurídico proposto, sobre como tem se procedido com relação ao acordo de não persecução penal pelo Ministério Público na comarca de Canoinhas/SC para com alguns delitos ambientais no ano de 2022.

Palavras-Chave: Acordo de não persecução penal; crime ambiental; requisitos; reprovação; prevenção.

Abstract: The criminal non-prosecution agreement is a procedural institute that came into full force in the Criminal Procedure Code with the enactment of Law n.º 13.964/19. Based on the paradigm of negotiated criminal justice, the measure has some legal requirements so that it can be offered and celebrated, among which the need and sufficiency for the disapproval and prevention of the crime. Such requirements, however, seem to lack a conceptual concreteness, so the questioning about what can be considered as failure and prevention in this aspect constitutes the problem of the present research. The objective of the study was to collect data or information in Canoinhas/SC in order to analyze which criteria have been used to give meaning to the requirements of reprobation and crime prevention, whose methodology used was exploratory, of an qualitative and bibliographic review. The results obtained, explained in the conclusive phase, provide an overview, within the proposed temporal, regional and legal

¹Acadêmica do curso de Direito da Universidade do Contestado (UnC). Campus Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: isabele.gorseltz@aluno.unc.br

²Mestre em Direito; Especialista em Ciências Penais; Especialista em Direito Processual Penal; Especialista em Filosofia; Especialista em Teoria Psicanalítica; Bacharelado em Letras (Português); Professor de Processo Penal e Direito Penal (UnC e UNINTER); Advogado. E-mail: paulosilasfilho@hotmail.com

framework, on how the agreement of non-prosecution by the Public Prosecution Office in Canoinhas/SC has been proceeded with regard to some crimes environmental issues in the year 2022.

Keywords: Criminal non prosecution agreement; environmental crime; requirements; reproach; prevention.

1. Introdução

Inserido pela Lei n.º 13.964/19, o acordo de não persecução penal pode ser realizado por proposta do Ministério Público se o investigado confessar formal e circunstancialmente a prática do crime, desde que o delito em questão se trate de tipo penal sem violência ou grave ameaça à pessoa, com pena mínima inferior a quatro anos.

O presente artigo tem como objetivo analisar algumas correntes sobre o instituto e o conteúdo normativo do requisito da necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime, bem como a razoabilidade das cláusulas aplicadas nos acordos de não persecução penal celebrados em relação aos crimes contra a flora, especificamente aos previstos nos artigos 38, 38-A e 45, combinados ou não com o artigo 53, todos da Lei n.º 9.605/1998, observando-os se são necessários e suficientes para repreensão dos crimes contra o meio ambiente e coletividade.

Para tanto, foi levantado dados referentes às condições avençadas nos acordos de não persecução penal celebrados na comarca de Canoinhas/SC no ano de 2022, especificamente nos artigos 38, 38-A e 45, combinados ou não com o artigo 53, todos da Lei n. 9.605/1998, tendo assim por definido um recorte estabelecido tanto temporal quanto regional.

As expressões mencionadas, prevenção e reprovação, são conhecidas pelo artigo 59 do Código Penal, não se tendo ainda um consenso sobre o que de fato seria suficiente e necessário para repreensão e prevenção do crime, cabendo às partes envolvidas no caso penal analisar os critérios adequados da legalidade no caso.

Os crimes ambientais previstos nos artigos 38, 38-A e 45 da Lei n.º 9.605/98 são, oportuno destacar, comuns no Planalto Norte e na Comarca de Canoinhas/SC³, de modo que há inúmeros acordos de não persecução penal englobando tais delitos, que sempre buscam a recuperação do dano, prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária. Para o

³ Após análise de dados contidos no sítio eletrônico do IBGE, tem-se que a extensão do município de Canoinhas/SC é de 1.148,036 km², enquanto apenas 23,32 km² são urbanizados; a extensão do município de Major Vieira/SC é de 520,816 km², enquanto apenas 2,27 km² são urbanizados; a extensão do município de Bela Vista do Toldo/SC é de 535,682 km², enquanto apenas 1,95 km² são urbanizados; e a extensão do município de Três Barras/SC é de 436,496 km², enquanto apenas 8,45 km² são urbanizados. Dados extraídos em 8 abr, 2023. IBGE, 2019.

presente artigo, foram considerados os vinte e quatro acordos celebrados no ano de 2022, englobando os artigos supracitados.

Em relação à pesquisa dos acordos celebrados, elucida-se que o sistema utilizado possui um gerenciador de arquivos que permite filtrar as minutas tanto pelo nome do documento quanto por palavras contidas no corpo do texto. Ainda, permite selecionar em qual período a minuta fora realizada.

Desta forma, utilizou-se o filtro pela palavra “acordo” no nome do documento⁴, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022. Do resultado, extraiu-se os dados dos acordos que abrangiam os danos enquadrados nos artigos 38, 38-A e 45 da Lei n.º 9.605/98, combinados ou não com o artigo 53 do referido diploma legal.

Importante frisar que alguns dos acordos selecionados abrangiam de igual modo o delito previsto no artigo 46, parágrafo único, também da lei de crimes ambientais. Não gerará prejuízo à análise aqui realizada, visto que se trata de manter em depósito a madeira oriunda do dano ambiental, sem licença válida para o armazenamento outorgada pela autoridade ambiental competente⁵.

Partindo do pressuposto de que os compromissários preenchem todos os requisitos para o benefício, resta a dúvida se o instituto é necessário e suficiente para a repressão do crime em si, tratando-se esse questionamento do problema que moveu a pesquisa, cuja metodologia empregada é a exploratória, de base qualitativa e revisão bibliográfica.

2. O que deve se entender por necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime no ANPP?

Inicialmente implementado pela Resolução n.º 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e posteriormente incluído pela Lei n.º 13.964/19, o artigo 28-A do Código de Processo Penal prevê, em seu *caput*, que, não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que *necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime*, mediante as condições arroladas em seus incisos.

⁴ Por praxe da Promotoria em questão, todos os acordos celebrados no ano de 2022 foram nomeados na seguinte lógica: ANPP - Termo de Acordo de Não Persecução Penal - arts. X da Lei 9.605_1998 - NOME COMPROMISSÁRIO [número do controle interno SIG/MPSC]

⁵ Estes acordos possuem como condição adicional a renúncia voluntária dos bens indicados no Termo de Apreensão em Depósito, devendo o compromissário dar destino que a Polícia Militar Ambiental reputar adequado.

Com isso, observa-se que o instituto deverá atingir o objetivo de ser *necessário e suficiente para repressão e prevenção do crime* através da reparação do dano ou da restituição da coisa à vítima, da renúncia voluntária de bens utilizados para o delito ou do proveito do crime, da prestação de serviços à comunidade, da prestação pecuniária e de qualquer outra medida que o Ministério Público julgue pertinente e necessário ao caso.

O acordo de não persecução penal pode ser compreendido como um instrumento de política criminal, fruto da intenção do legislador em viabilizar soluções consensuais para determinados casos penais, pré-julgados como de menor ou médio potencial ofensivo pelas penas cominadas nas leis penais, tornando o devido processo penal unido à justiça penal negociada.

Nesse sentido, o que se tem é um paradigma próprio de justiça que já há alguns anos vem ganhando cada vez mais espaço no cenário brasileiro. Diz-se aqui do paradigma da justiça penal negociada, o que é estabelecido ao considerar que “o consenso penal favorece a justiça criminal, desde que seja respeitado o sistema acusatório, em razão de que para que haja um consenso válido devem ser respeitadas as garantias constitucionais previstas, como o contraditório, ampla defesa e paridade de armas”⁶.

Francisco Barros e Jefson Romaniuc vão dizer que “o acordo de não persecução penal, assim como a suspensão condicional do processo, é um instituto despenalizador componente da justiça restaurativa”⁷. Se há algum elemento que realmente permita essa aproximação comparativa, poderia ser apontado o consenso como o sendo, não se observado outro fator que enseje nessa aproximação.

Tal qual os institutos despenalizadores outros que surgiram no meio jurídico pátrio ao longo dos anos, dizendo-se aqui, sem prejuízo dos demais, da transação penal e da suspensão condicional do processo como exemplos, o acordo de não persecução penal tem também como escopo o desafogar do Poder Judiciário, permitindo-se a resolução de casos penais que não necessariamente passem pelo crivo da judicialização. Deste modo, tem-se que ao considerar a “extrema judicialização de demandas, que diminuem de forma gradativa a qualidade da prestação jurisdicional, o Brasil caminha para uma adoção do processo penal com viés

⁶ LESCOVITZ, Guilherme; TAPOROSKY FILHO, Paulo Silas. A (in)constitucionalidade dos requisitos do acordo de não persecução penal. **Academia de Direito**, [S. l.], v. 3, p. 143–167, 2021. DOI: 10.24302/acaddir.v3.3267. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/3267>. Acesso em: 2 ago. 2023. p. 162

⁷ BARROS, Francisco Dirceu; ROMANIUC, Jefson. Constitucionalidade do acordo de não persecução penal. In: CUNHA, Rogérios Sanches et al. (Orgs.). **Acordo de Não Persecução Penal**. Salvador: JusPodivm, 2017. p. 66

utilitarista, abandonando o modelo epistêmico do processo, e passando a adotar um modelo consensual”⁸.

Ao considerar esse cenário, que faz com que se observe o instituto em análise imbuído de um elemento finalístico, evitando-se o processamento de questões que envolvem crimes de menor gravidade, “toda a conformação dada ao acordo de não persecução penal pela Lei nº 13.964/19 deixa claro que se trata de um negócio jurídico de natureza extraprocessual”⁹, assim dito pelo fato de que se busca uma resolução do caso penal sem que haja o ajuizar de demanda criminal.

A incumbência do oferecimento do acordo é dada ao órgão acusatório, competindo assim ao Ministério Público analisar quando o caso comportar a possibilidade dessa espécie de negociação, o que deve se proceder mediante a avaliação do caso concreto em consonância aos critérios legais que permitem a aplicação do instituto.

Por assim ser, “o Ministério Público [...] tem como principal obrigação, ao celebrar o acordo de não persecução penal, o não oferecimento da denúncia contra o investigado, relativamente aos fatos em que o acordo foi celebrado”¹⁰, tratando-se justamente da intenção buscada pela implementação da medida.

No entanto, o objetivo do acordo de não persecução penal pode vir a se torna volátil e não certo diante dos requisitos subjetivos dispostos no artigo 28-A do Código de Processo Penal, notadamente ao de *ser* necessário e suficiente para a repreensão e prevenção da prática delituosa.

A expressão já é conhecida por meio da redação do artigo 59 do Código Penal e serve de filtro para o Ministério Público oferecer ou não o instituto em questão. Melhor dizendo, o benefício somente é passível de oferecimento quando o Ministério Público acredita ser possível prever que o instituto irá desestimular o compromissário de praticar novas condutas típicas, deixando de incorrer em ilicitudes outras, pelo que “o requisito da necessidade e suficiência se

⁸ LECHENAKOSKI, Bryan Bueno; ZIMMER, Heloíse de Souza Santa Ana. A retroatividade do acordo de não persecução penal em casos em andamento e as decisões dos Tribunais Superiores: caminhando entre o político e o jurídico. *In*: INCOTT JR., Paulo Roberto; SILAS FILHO, Paulo. **O Processo Penal Brasileiro na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Londrina: Thoth, 2022. 153

⁹ OLIVEIRA, Décio Viégas de. As hipóteses excepcionais de cabimento do Acordo de Não Persecução Penal no decorrer do processo criminal. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.º 83, p. 19-33, jan/mar 2022. p. 20

¹⁰ AQUINO, Mariane de Matos; SOARES, Fernanda da Silva. O acordo de não persecução penal na ações penais privadas. **ÂNIMA – Revista eletrônica do Curso de Direito UniOpet**. Curitiba, ano XIII, n. 22, p. 1-14, jan-jun/2020. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima22/O-ACORDO-DE-N%C3%83O-PERSECU%C3%87%C3%83O-PENAL-NAS-A%C3%87%C3%95ES-PENAS-PRIVADAS.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023. p. 6

destina justamente a autorizar o acordo de não persecução penal”¹¹ nesse sentido, ou seja, a norma que autoriza a proposta do acordo estipula que alguns critérios subjetivos, para além daqueles de ordem objetiva, devem ser avaliados se no caso concreto estão presentes.

Dessa forma, pode-se dizer que cabe ao órgão acusador ponderar acerca da aplicabilidade do acordo ou não, devendo observar as circunstâncias e a forma de execução do delito, bem como o grau de ofensividade ao bem jurídico tutelado pela norma penal.

A partir disso, abre-se a discussão sobre a existência de uma discricionariedade conferida ao Ministério Público, posto que “presentes os requisitos objetivos para a propositura do ANPP, não pode o membro do *Parquet* simplesmente oferecer a denúncia sem sequer se manifestar quanto aos motivos pelos quais não ofereceu o acordo”¹², tendo margem para tanto ao se considerar a existência dos requisitos subjetivos exigidos para tanto, pelo que é a partir desses que se pondera acerca do instituto sobre se tratar ou não de um direito do acusado em seu caráter subjetivos.

O que se pode dizer a respeito dessa questão é que “há entendimentos sobre - estando preenchidos os requisitos legais - ser um direito público subjetivo do imputado, mas há divergências no sentido de ser um poder do Ministério Público e não direito do acusado”¹³, tratando-se de uma discussão à parte que merece a devida atenção, posto que repercute, qual seja o posicionamento que se adote, diretamente em todo e qualquer caso concreto no qual se faz possível o oferecimento do acordo.

O instrumento tem como objetivo incentivar um processo penal mais eficiente, com menos formalidade e promover a superação do modelo punitivista, priorizando soluções consensuais que observem as garantias e fundamentos constitucionais, cuja inovação “resulta da intensa crítica dirigida ao sistema de justiça criminal brasileiro e sua disfuncionalidade”¹⁴.

¹¹ MARTINS, Rodrigo; JANUÁRIO, Túlio Felipe Xavier. A (in)compatibilidade do requisito da necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime nos acordos de não persecução penal. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, Vol.2, N.05, p. 177-224, 2022. Disponível em: <https://rcpjm.cpj.uerj.br/revista/article/view/129/136>. Acesso em 31/07/2023. p. 201

¹² OLIVEIRA, Décio Viégas de. As hipóteses excepcionais de cabimento do Acordo de Não Persecução Penal no decorrer do processo criminal. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.º 83, p. 19-33, jan/mar 2022. p. 21

¹³ LECHENAKOSKI, Bryan Bueno; ZIMMER, Heloise de Souza Santa Ana. A retroatividade do acordo de não persecução penal em casos em andamento e as decisões dos Tribunais Superiores: caminhando entre o político e o jurídico. In: INCOTT JR., Paulo Roberto; SILAS FILHO, Paulo. **O Processo Penal Brasileiro na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Londrina: Thoth, 2022. p. 155

¹⁴ MARTINS, Rodrigo; JANUÁRIO, Túlio Felipe Xavier. A (in)compatibilidade do requisito da necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime nos acordos de não persecução penal. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, Vol.2, N.05, p. 177-224, 2022. Disponível em: <https://rcpjm.cpj.uerj.br/revista/article/view/129/136>. Acesso em 31/07/2023. p. 178

Há presente na doutrina a defesa no sentido de que a avaliação do que seria necessário e suficiente “reside no aspecto de liberdade de cada Promotor de Justiça”¹⁵, prerrogativa conferida constitucionalmente pela independência funcional de cada membro do Ministério Público pelo artigo 127, §1º, da Carta Magna.

De outro lado, há também na doutrina a afirmativa de que o legislador teria confundido a titularidade da ação penal com uma espécie de direito à pena justa, pois competiria ao Ministério Público a decisão sobre denunciar ou arquivar determinada acusação, não lhe incumbindo, porém, o poder de “controlar aplicação de penas”¹⁶.

Leonardo Schmitt de Bem vai dizer que o problema não é o requisito em si, mas as consequências que surgem dele. Na subjetividade em que se apresenta, possibilita-se que o órgão de acusação tenha uma abertura demasiada para a celebração do acordo ou pela não oferecimento da medida, que, dependendo das peculiaridades de cada caso concreto, autoriza que o membro do Ministério Público goze de “uma gama de arbitrariedades sem respaldo em lei”¹⁷.

A respeito do artigo 59 do Código Penal, tem-se estabelecida em setor da doutrina uma crítica contra a dosimetria da pena ante a ausência de parâmetros objetivos para sua individualização, o que resulta na aplicação de penas em grau divergentes. “Essa falta de uniformidade na quantificação da pena dá margem a uma atuação cujo controle é dificultado”¹⁸.

A falta de parâmetros legais que definam o que seria necessário e suficiente, além de tornar o requisito subjetivo, confere ao órgão ministerial discricionariedade e seletividade, ferindo a legalidade e o objetivo das penas.

Diante disso é que se pode ter como adequado que:

o controle judicial do requisito de necessidade e suficiência para reprovação e prevenção do crime a possibilitar o oferecimento do acordo de não persecução penal deve ser balizado pela análise de critérios objetivos, e obstar-se de justificativas ilegítimas, infundadas, subjetivas, bem como aquelas alicerçadas em orientações de

¹⁵ MARTINS, Rodrigo; JANUÁRIO, Túlio Felipe Xavier. A (in)compatibilidade do requisito da necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime nos acordos de não persecução penal. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, Vol.2, N.05, p. 177-224, 2022. Disponível em: <https://rcpjm.cpj.uerj.br/revista/article/view/129/136>. Acesso em 31/07/2023. p. 206

¹⁶ MARTINS, Rodrigo; JANUÁRIO, Túlio Felipe Xavier. A (in)compatibilidade do requisito da necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime nos acordos de não persecução penal. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, Vol.2, N.05, p. 177-224, 2022. Disponível em: <https://rcpjm.cpj.uerj.br/revista/article/view/129/136>. Acesso em 31/07/2023. p. 206

¹⁷ BEM, Leonardo Schmitt de. Os requisitos do acordo de não persecução penal. In: BEM, Leonardo Schmitt de (Org.); MARTINELLI, João Paulo (Org.). **Acordo de não persecução penal**. 1ª edição. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020. p. 190

¹⁸ MARTINS, Rodrigo; JANUÁRIO, Túlio Felipe Xavier. A (in)compatibilidade do requisito da necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime nos acordos de não persecução penal. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, Vol.2, N.05, p. 177-224, 2022. Disponível em: <https://rcpjm.cpj.uerj.br/revista/article/view/129/136>. Acesso em 31/07/2023. p. 208

órgãos superiores do Ministério Público e que criam previsões não estabelecidas pelo legislador.¹⁹

O apontamento crítico nesse sentido surge a partir do que possibilitam esses critérios no que diz respeito à legalidade enquanto princípio basilar do direito, uma vez que ao não dispor de uma significação concisa ou certa, posto que possibilita uma pluralidade semântica que não possui um controle efetivo, tem-se a não observância da segurança necessária.

É por isso que Caio Nogueira da Fonseca vai apontar que o “requisito previsto pelo legislador e que demandará maior controle pelo juiz é aquele que condiciona o acordo de não persecução penal *desde que necessário e suficiente para a reprovação do crime*”²⁰. Eis onde reside a questão a ser observada com a atenção devida.

Acerca dessa problemática, Rodrigo Martins e Túlio Januário discorrem que:

o requisito da necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime, previsto no art. 28-A do Código de Processo Penal, não se compatibiliza com o acordo de não persecução penal, enquanto mecanismo consensual pautado pelo princípio da oportunidade regrada, na medida em que se contrapõe à obediência ao princípio da legalidade e autoriza subjetivismos por parte do órgão acusador ante a ausência de definições objetivas sobre o conteúdo dos conceitos elencados no requisito legal.²¹

Ainda, apontam que os representantes do órgão acusador primam pelo acordo como uma ferramenta potencialmente capaz de reduzir danos e solucionar conflitos, pelo que “não deve se pautar pela ideia de prevenção e reprovação do crime”²².

Em outros termos, tem-se que algumas vezes o Ministério Público prioriza a celebração do acordo de não persecução penal para evitar a ação penal e reduzir danos, não atentando-se ao principal objetivo do instituto - qual seja, ser necessário e suficiente para promover a conscientização do autor do fato de que a conduta é ilegal, de modo que não venha a cometer o mesmo crime novamente.

Leonardo Schmitt de Bem ressalta que:

[...] o próprio Conselho Nacional do Ministério Público preconiza que o acordo se trata de um mecanismo de redução de estigmatização e da dessocialização. Pode-se dizer que é uma ferramenta legal de bloqueio da aplicação descontrolada do direito penal, isto é, restrição de poder punitivo. A análise por parte do Ministério Público, assim, não deverá ser realizada para reprovar ou prevenir o crime, seguindo os tradicionais e inconstitucionais vetores das teorias positivas da pena, mas orientada à

¹⁹ FONSECA, Caio Nogueira Domingues da. **O controle judicial no acordo de não persecução penal**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2022. p. 216

²⁰ FONSECA, Caio Nogueira Domingues da. **O controle judicial no acordo de não persecução penal**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2022. p. 214

²¹ MARTINS, Rodrigo; JANUÁRIO, Túlio Felipe Xavier. A (in)compatibilidade do requisito da necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime nos acordos de não persecução penal. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, Vol.2, N.05, p. 177-224, 2022. Disponível em: <https://rcpjm.cpj.uerj.br/revista/article/view/129/136>. Acesso em 31/07/2023. p. 209

²² MARTINS, Rodrigo; JANUÁRIO, Túlio Felipe Xavier. A (in)compatibilidade do requisito da necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime nos acordos de não persecução penal. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, Vol.2, N.05, p. 177-224, 2022. Disponível em: <https://rcpjm.cpj.uerj.br/revista/article/view/129/136>. Acesso em 31/07/2023. p. 210

redução dos danos. Esta “nova” atuação se filia ao preconizado na Constituição Federal e em Tratados Internacionais.²³

É ao considerar esses problemas que decorrem da não clareza dos critérios, ou ainda do desvirtuar da finalidade do acordo de não persecução penal, que a *necessidade* e a *suficiência* não podem servir como inviabilização para a propositura e celebração do acordo, pois um agir nesse sentido contraria ao que preceitua e objetiva o próprio instituto.

3. Análise dos acordos de não persecução penal com relação aos crimes capitulados nos artigo 38, 38-A e 45, combinados ou não com o artigo 53, da Lei n.º 9.605/98, celebrados na comarca de Canoinhas/SC no ano de 2022

Da teoria para a prática, em pesquisa realizada no Sistema de Informatização e Gestão do Ministério Público de Santa Catarina²⁴, verifica-se que na Comarca de Canoinhas/SC os membros do Ministério Público utilizam desse requisito e de sua subjetividade para deixar de oferecer o acordo de não persecução penal, considerando a extensão do dano realizado pelo autor do fato.

Em relação à pesquisa dos acordos não celebrados em virtude do requisito, localizou-se apenas uma minuta, sendo que o Ministério Público justificou o não oferecimento do instituto devido ao fato de que o investigado teria praticado infrações ambientais de maneira habitual e reiterada, bem como teria demonstrado absoluto descaso quanto ao cumprimento das determinações de autoridades públicas²⁵.

Devido a subjetividade do requisito, falando-se amplamente e não restringindo-se a Comarca de Canoinhas/SC, o Promotor de Justiça, por convicção própria, pode apenas oferecer denúncia em face do autor do fato, justificando, na cota, que deixou de oferecer acordo de não persecução penal porque o denunciado não preencheu os requisitos do instituto, visto que o benefício não demonstrou ser suficiente e necessário para repreensão e prevenção da prática infratora. Conforme previamente mencionado, na Comarca de Canoinhas é justificado o porquê de o instituto não ser suficiente e necessário para prevenção e repreensão do crime.

²³ BEM, Leonardo Schmitt de. Os requisitos do acordo de não persecução penal. In: BEM, Leonardo Schmitt de (Org.); MARTINELLI, João Paulo (Org.). **Acordo de não persecução penal**. 1ª edição. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020. p. 189

²⁴ SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO E GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **SIG/MPSC**. Acesso restrito ao sistema vinculado à 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canoinhas/SC, que possui atribuição ambiental. Minutas filtradas no entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

²⁵ Ressalta-se que não serão abordados os pormenores das recusas do oferecimento dos institutos para não haver identificação e exposição dos infratores.

Rodrigo Martins e Túlio Januário pontuam que para que o acordo de não persecução penal possa ser compreendido como um instrumento efetivo de redução de danos e não apenas como “um mecanismo de seletividade e estigmatização”, há de se ter uma mudança paradigmática da ideia de uma simples “imposição do requisito da necessidade e suficiência, moldado numa perspectiva de prevenção geral”²⁶, de modo que é salutar e necessária a justificativa ministerial, constante em cota junto à denúncia ofertada em situações dessa ordem, na qual se explane os pormenores que levaram a não proposta do acordo, pois desse modo se tem um fundamento exposto no processo que permite ao acusado tomar ciência do conteúdo.

Conforme discorre Vinicius Vasconcellos, “se por um lado consolida-se importante espaço para autorizar uma gestão política criminal pelo MP, igualmente abre-se margem para riscos de abusos e disparidade de tratamento diante da falta de parâmetros objetivos para definir o que seria ‘necessário e suficiente’”²⁷.

Já Sandro Carvalho registra que só caberá o acordo quando o Ministério Público, “no seu papel de *instituição de garantias* dos interesses da sociedade, dentro de sua discricionariedade regrada, avaliar que o acordo de não persecução penal é suficiente para reprovação e prevenção da infração penal”²⁸, ressaltando ainda que a avença é um instrumento político criminal do Ministério Público.

Quanto a comarca de Canoinhas/SC – no período e espaço aqui analisados -, nos casos em que o membro do Ministério Público entendeu que instituto atingiria seu objetivo de ser necessário e suficiente para prevenção e repressão do crime, observa-se que as cláusulas do acordo, especialmente em relação das obrigações do compromissário, consistem na recuperação do dano ambiental conforme orientação do órgão ambiental, prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade.

Em cumprimento a reparação do dano (artigo 28-A, I, do Código de Processo Penal), observou-se uma certa lógica durante a pesquisa realizada. Tem-se que para cada corte de cada madeira de lei (artigo 45 da Lei n.º 9.605/98) deverá o investigado realizar o plantio de dez mudas da mesma espécie, em conformidade com o orientado pela Polícia Militar Ambiental da região, e, quando o dano for mensurado em hectares (artigos 38 e 38-A da Lei n.º 9.605/98), a

²⁶ MARTINS, Rodrigo; JANUÁRIO, Túlio Felipe Xavier. A (in)compatibilidade do requisito da necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime nos acordos de não persecução penal. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, Vol.2, N.05, p. 177-224, 2022. Disponível em: <https://rcpjm.cpj.m.uerj.br/revista/article/view/129/136>. Acesso em 31/07/2023. p. 215

²⁷ VASCONCELLOS, Vinicius. **Acordo de não persecução penal**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022. p. 79

²⁸ CARVALHO, Sandro Carvalho Lobato de. **Questões Práticas sobre o Acordo de Não Persecução Penal**. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2021. p. 87

recuperação deverá ser realizada mediante Projeto de Recuperação de Área Degradada, homologado pelo órgão ambiental competente, ou com as condições sugeridas pelos técnicos da unidade ambiental.

Observa-se ainda que quando a área for menor do que dois hectares e quando não houver remoção do banco de sementes durante a degradação ambiental, a recuperação do dano pode se dar pelo simples cercamento e abandono da área, conforme preconiza normativa específica sobre essa questão.

Em relação à prestação pecuniária, o montante aplicado é calculado a partir da multa administrativa aplicada pelo órgão ambiental autuante²⁹, ao menos na Comarca de Canoinhas³⁰, reduzida em até dois terços³¹. O mesmo vale para a prestação de serviços à comunidade, calculada nos termos do artigo 28-A, II, do Código de Processo Penal.

Sobre um ponto específico que merece comentário, observou-se que em situações peculiares o montante da prestação pecuniária ultrapassou o limite de redução dos dois terços, pois, considerando a condição financeira do investigado e que o ser humano deve ter meios suficientes para subsistir, os membros do Ministério Público de Canoinhas/SC reduziram a multa de modo que não prejudicasse o sustento próprio do acordante e seu núcleo familiar.

Vale ressaltar que até hoje não há uma definição sobre o que seria *necessário e suficiente* para fins penais, provocando uma sensação de falta de segurança jurídica devido à discricionariedade atribuída ao Ministério Público, visto que caberá ao órgão analisar a gravidade do fato e a culpabilidade do agente para optar quanto a propositura ou não do instituto.

Conforme já mencionado, é criticado que a dosimetria da pena, ante a ausência de parâmetros objetivos para sua individualização, resulta na aplicação de penas em grau divergentes. Considerando a prerrogativa de liberdade que cada Promotor de Justiça goza, percebe-se que as condições negociadas no acordo de não persecução penal variam de comarca para comarca, de promotor para promotor.

²⁹ A multa administrativa é utilizada como base devido a ausência de norma penal que quantifique a multa que poderá ser aplicada nos casos ambientais, visto que a legislação apenas prevê a aplicação de multa de modo vago. Por sua vez, o órgão ambiental utiliza o Decreto Lei n. 6.514 de 22 de junho de 2008 para calcular a multa administrativa aplicada ao autuado, legislação que contém especificação dos valores e o modo que o cálculo deve ser feito

³⁰ Em consulta ao Menu Textual, também disponível aos membros do Ministério Público, verifica-se que em algumas Comarcas os Promotores de Justiça aplicam a multa em salários-mínimos, multiplicando o valor dependendo da extensão do dano.

³¹ Não previsto em seu inciso próprio, sendo que o desconto é realizado e aplicado por analogia pelo inciso II do art. 28-A, do Código de Processo Penal.

Observa-se assim uma lógica nas condições aplicadas e as previstas no artigo 28-A do Código de Processo Penal nos acordos de não persecução penal celebrados e homologados na Comarca de Canoinhas/SC, na tentativa de promover a repreensão e prevenção dos crimes. Considerando a pesquisa realizada no Sistema de Gestão e Informatização do Ministério Público, tem-se que os promotores de justiça utilizam de sua prerrogativa de liberdade nas negociações de maneira adequada - isto é, que as condicionantes condizem o dano ambiental cometido, objetivando sempre a recuperação do dano.

A questão é que, mesmo que as condicionantes estejam em equilíbrio com o dano ambiental realizado, percebe-se que a reparação do dano é a última a ser realizada e concretizada e, por vezes, não atingida, tratando-se de problemática que foge aos objetivos aqui propostos de análise, mas que se deixa registrado com o fito de que pesquisas futuras possam abarcar a questão como objeto de análise.

Quando do início da vigência do instituto, Sauvei Lai já havia pontuado que, com relação às atribuições novas conferidas ao Ministério Público, o acordo de não persecução penal “exigirá uma estrutura (física e pessoal) à altura, bem como uma mudança de mentalidade de seus membros, se despindo do hábito acusatório, para uma nova era de negociação”³². Com os apontamentos aqui brevemente feitos, é possível ter um panorama geral sobre a postura ministerial que vem sendo adotada nesse aspecto a partir do período e região delimitados para análise.

4. Conclusão

Embora a expressão *necessidade e suficiência para repreensão e prevenção do crime* já seja conhecida pelo texto do artigo 59 do Código Penal, tem-se que não há um entendimento uniforme sobre o assunto, o que repercute em uma imprecisão nesse mesmo sentido quando se analisa a presença desses termos enquanto requisitos previstos para o acordo de não persecução penal.

Pode-se concluir que, ao se proceder uma análise doutrinária sobre o tema, bem como a partir de uma observação geral sobre a *práxis* do instituto, ter-se-á a seguinte constatação: o instituto do acordo de não persecução é um instrumento político criminal ofertado pelo Ministério Público, o qual, por meio da liberdade e discricionariedade de cada Promotor de

³² LAI, Sauvei. Primeiras impressões sobre o acordo de não persecução penal. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.º 75, p. 179-186, jan-mar/2020. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1606558/Sauvei_Lai.pdf. p. 185-186

Justiça, irá analisar o cabimento ou não da avença, verificando, ao seu íntimo e convicção própria, se é suficiente ou não para repreensão e prevenção da prática delituosa, embora não seja o titular de aplicação de penas. Tem-se aí nessa constatação algo que se pode chamar de, no mínimo, preocupante, exigindo-se uma especial atenção da comunidade jurídica, pelo que o instituto merece zelo e aplicabilidade de acordo com a normativa constitucional que o orienta.

Da pesquisa realizada, ressalta-se, conforme mencionado, que no ano de 2022 o instituto só não foi ofertado uma vez na Comarca de Canoinhas – dentro do recorte aqui pesquisado com relação especificamente ao crimes apontados -, visto que o investigado demonstrava habitualidade na prática de delitos ambientais e de forma reiterada.

Das condições impostas, tem-se que todas foram devidamente calculadas com embasamento legal e negociadas de acordo com a possibilidade de cada indivíduo, tornando o instituto compatível com a renda familiar e disposição do tempo de cada um.

Dos vinte e quatro acordos celebrados no ano de 2022, tem-se que em cinco casos já ocorreu a extinção de punibilidade ante o cumprimento integral das condições, em dezoito casos o celebrante está cumprindo as condições fielmente e apenas em um caso o compromissário foi intimado para comprovar a recuperação da área sob pena de revogação da avença com a deflagração da competente ação penal.

Vale mencionar que dos dezoito casos que estão em cumprimento, em quatro não há referência acerca da recuperação do dano, ausência constatada essa nos resultados devido ao lapso temporal entre a pesquisa realizada e a celebração da avença, visto que foram celebrados em meados de novembro e dezembro de 2022.

Assim, do levantamento de dados e da análise detida destes, pode-se pontuar que, pelo menos nesse breve espaço temporal, o instituto pode ser necessário e suficiente para a repreensão e prevenção do crime, visto que não se teve mais notícias de novas infrações ambientais envolvendo os compromissários dos acordos selecionados.

Referências bibliográficas

AQUINO, Mariane de Matos; SOARES, Fernanda da Silva. O acordo de não persecução penal na ações penais privadas. **ÂNIMA – Revista eletrônica do Curso de Direito UniOpet**. Curitiba, ano XIII, n. 22, p. 1-14, jan-jun/2020. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-anima/pdf/anima22/O-ACORDO-DE-N%3%83O-PERSECU%3%87%C3%83O-PENAL-NAS-A%3%87%C3%95ES-PENAI-PRIVADAS.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

CARVALHO, Sandro Carvalho Lobato de. **Questões Práticas sobre o Acordo de Não Persecução Penal**. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2021.

BARROS, Francisco Dirceu; ROMANIUC, Jefson. Constitucionalidade do acordo de não persecução penal. *In: CUNHA, Rogérios Sanches et al. (Orgs.). Acordo de Não Persecução Penal*. Salvador: JusPodivm, 2017

BEM, Leonardo Schmitt de. Os requisitos do acordo de não persecução penal. *In: BEM, Leonardo Schmitt de (Org.); MARTINELLI, João Paulo (Org.). Acordo de não persecução penal*. 1ª edição. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020.

FONSECA, Caio Nogueira Domingues da. **O controle judicial no acordo de não persecução penal**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama dos municípios, ano base 2019**. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/canoinhas/panorama>. Acesso em 8 abr 2023.

LAI, Sauveí. Primeiras impressões sobre o acordo de não persecução penal. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.º 75, p. 179-186, jan-mar/2020. Disponível em:

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1606558/Sauvei_Lai.pdf.

LECHENAKOSKI, Bryan Bueno; ZIMMER, Heloise de Souza Santa Ana. A retroatividade do acordo de não persecução penal em casos em andamento e as decisões dos Tribunais Superiores: caminhando entre o político e o jurídico. *In: INCOTT JR., Paulo Roberto; SILAS FILHO, Paulo. O Processo Penal Brasileiro na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*. Londrina: Thoth, 2022.

LESCOVITZ, Guilherme; TAPOROSKY FILHO, Paulo Silas. A (in)constitucionalidade dos requisitos do acordo de não persecução penal. **Academia de Direito**, [S. l.], v. 3, p. 143–167, 2021. DOI: 10.24302/acaddir.v3.3267. Disponível em:

<https://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/3267>. Acesso em: 2 ago. 2023.

MARTINS, Rodrigo; JANUÁRIO, Túlio Felipe Xavier. A (in)compatibilidade do requisito da necessidade e suficiência para a prevenção e reprovação do crime nos acordos de não persecução penal. **Revista Científica do CPJM**, Rio de Janeiro, Vol.2, N.05, p. 177-224,

2022. Disponível em: <https://rcpjm.cpjm.uerj.br/revista/article/view/129/136>. Acesso em 31/07/2023

OLIVEIRA, Décio Viégas de. As hipóteses excepcionais de cabimento do Acordo de Não Persecução Penal no decorrer do processo criminal. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n.º 83, p. 19-33, jan/mar 2022.

SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO E GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **SIG/MPSC**. Acesso restrito ao sistema vinculado à 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canoinhas/SC, que possui atribuição ambiental. Minutas filtradas no entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

VASCONCELLOS, Vinicius. **Acordo de não persecução penal**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.